



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA CONFSSIONAL PROTESTANTE
ERASMO BRAGA (1960-1996): UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DAS
DISCIPLINAS ESCOLARES EM MATO GROSSO DO SUL**

Rodrigo Da Costa;

UFGD-FAED, C. Postal 533, 79804-070 Dourados- MS, E-mail: rodrigocosta69@live.com

1 Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. 2 PIBIC/UFGD/CNPq

RESUMO

No escopo do defendido pelas pesquisas com instituições escolares, pautamos a presente pesquisa no ideário desta como base para a compreensão da história da escola e, conseqüentemente a história da disciplina. Para tanto, delineamos uma investigação teórico-bibliográfica da disciplina de Educação Física no Brasil e a história do ensino protestante com um olhar especial para a educação Presbiteriana. Após a realização da revisão histórica, delineamos os caminhos traçados dentro do município de Dourados, no sul do estado de Mato Grosso do Sul, da educação protestante e sua relação com a disciplina de Educação Física, buscando entender quais seus aportes característicos para com a educação no município. Concluímos que a Educação Física ganhou traços específicos em sua execução na Escola Presbiteriana Erasmo Braga, pautados pela orientação da doutrina cristã, o que deu a esta disciplina uma roupagem díspar da proposta pelo currículo estatal, ao passo que pôde unir a valorização da saúde do corpo com a pretensão espiritual.

Palavras-chave: Instituições de Ensino, Educação Física, Educação Confessional, Currículo, Infância.

INTRODUÇÃO

As relações humanas, quando de sua execução enquanto prática social, estão integradas a diversos fatores culturais e sociais que, a partir de uma análise histórica global envolvem

fatores que transcendem as estruturas culturais, sociais e as de orientação política e econômica, exigindo uma reflexão para além dos ideais conceptivos histórico-pedagógicos.

A história da educação, como palco de evidências destas relações, através de sua interlocução entre as convergências da vida do homem e da sociedade de fundo, proporciona um olhar mais detalhado desta perspectiva. Isso porque a ampliação do conceito de educação acontece à medida em que são formuladas possibilidades de diversificação das atividades educativas ao longo do tempo, visando a melhor qualidade de vida do indivíduo, ao passo que orienta seu crescimento social. Isso se justifica, como afirma Libâneo (1997), porque a educação do homem se dá pela construção e transmissão do conhecimento, sendo que um dos diferenciais entre as sociedades atuais e as anteriores está no acesso que o indivíduo tem sobre esse conhecimento. De forma intencional ou não, a educação se dá nas mais diversas instâncias da sociedade, se realizando dentro dessa possível intencionalidade, de maneira formal e não formal.

A chamada educação formal se caracteriza pela conhecida intencionalidade e também pelo tipo de instituição em que ocorre. A escola, enquanto sistema institucional foi criado para cumprir uma função social intencional e se encarregou por muito tempo da promoção de conhecimento e do desenvolvimento intelectual do aluno (CANDAUI, 2000, p. 49). Hoje, com o conhecimento sendo determinados por uma diversidade de acessos através de meios de comunicação dos mais variados tipos.

No que concerne ao papel da escola e defendendo o caso particular da educação formal no município de Dourados/MS, a educação institucional contou com a presença do ensino protestante desde o início do processo de escolarização. Essa educação teve os reflexos das transformações ocorridas no Brasil e experimentou profundas mudanças no que tange ao sistema educacional. Desde sua fundação como município em 1935, Dourados contava com a presença dos religiosos nos assuntos educacionais. Essa presença representou uma característica significativa para a construção de uma identidade pedagógica no cenário da recente cidade, tendo em vista que até metade da década de 1940 só existia uma unidade escolar na região, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga.

Com base nessa perspectiva, tendo como referência os reflexos desta escola confessional na prática educacional no município de Dourados, o presente trabalho abarca a temática ligada à história das Instituições Educacionais na ótica da disciplina de Educação Física, tomando o sul de Mato Grosso do Sul como lugar social e a unidade escolar Escola Presbiteriana Erasmo Braga como caso particular, visando uma reflexão analítica da inserção dessa disciplina junto ao quadro disciplinar e suas características nestes espaços.

Como parte do projeto de Iniciação Científica desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, a pesquisa versa construir um levantamento preliminar sobre a história das Disciplinas Escolares na região, observando a existência de significativas lacunas no que diz respeito à Educação Física, razão pela qual defendemos que esta abordagem pode colaborar nos estudos sobre as instituições educacionais regionais a partir dessas interpretações.

Assim sendo, centrando nosso olhar para a história da instituição a partir da disciplina de Educação Física, desde seus reflexos da educação tecnicista até a transcendência da ideia desta com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a pesquisa apresentada parte da análise envolvendo as dimensões históricas da escola no que tange ao quadro pedagógico, com destaque teórico sobre o conceito de disciplina e sua consonância com as potencialidades da Educação Física, principalmente no seio da educação confessional da época, estes expressos pelos atores sociais em suas práticas cotidianas, conhecidos a partir do nosso contato junto à instituição pesquisada.

O resultado da investigação desenvolvida nesses doze meses é apresentado quatro partes: A primeira parte aborda as Instituições de Ensino e a Educação Protestante; a segunda expõe a Educação Nacional e a disciplina de Educação Física como objeto de reflexão; na sequência realizamos um panorama da educação confessional no município de Dourados a partir da Escola Presbiteriana Erasmo Braga; e por fim expomos os resultados da pesquisa sobre a disciplina de Educação Física e a Escola Presbiteriana Erasmo Braga em Dourados.

Instituições de Ensino e a Educação Protestante

O homem se constrói em meio a relações dialéticas e históricas, as quais envolvem questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Como nos ensina Leontiev (1978), o homem é um ser de natureza social e tudo o que tem de humano nele é resultado da sua vida em sociedade, no seio das culturas criadas pela humanidade. O autor mostra que com o progresso da humanidade, acumula-se a prática sócio-histórica, possibilitando o crescimento de um papel específico para a educação, tornando a tarefa desta cada vez mais complexa. E por isso, a relação entre o progresso histórico e o progresso da educação é tão estreita que se pode, sem risco de errar, julgar o nível geral do desenvolvimento histórico da sociedade pelo nível de desenvolvimento do seu sistema inversamente (LEONTIEV, 1978, p. 273).

Para isso, primeiro é necessário delimitar o que entendemos aqui como educação. Partiremos da definição de educação como parte de um processo institucionalizado, este

realizado pela escola. Contudo, o termo escola é muito amplo e para defini-lo é necessário analisar as práticas pedagógicas e culturais que o compõem, considerando que esta é resultado de uma dupla vida construtiva, pois cada uma possui sua própria autonomia de ensino e cultura, o que por fim permite que se abra um vasto campo de interpretações para ela.

A partir deste entendimento, percebemos a escola como sendo formada através das diferentes personalidades que a frequentam, cada uma com suas próprias particularidades, formando uma organização própria, denominada de organização social escolar. Partindo dessa definição, Nóvoa (1992) propõe que para sua interpretação, se deve analisar as concepções de educação ao passar dos anos e o que significa nesse espaço de tempo, buscando a identificação de uma constante e, a partir desta constante, uma possível definição do conceito geral de escola. Tarefa difícil, tendo em vista que dentro do ambiente escolar existe uma pluralidade de cultura, sendo esta marcada por conflitos e tensões, traçando interpretações diversas que transcendem o próprio conceito de definição.

Sobre sua origem, Romanelli (2002) enfatiza que a escola surgiu como um instrumento para a manutenção dos desníveis sociais, citando que sua função inicial foi a de manter privilégios, pois a própria instituição se apresenta como privilégio da classe dominante a partir do momento que se utiliza de mecanismos seletivos e de conteúdo cultural que não propicia às camadas sociais, ao menos, uma preparação eficaz para o trabalho. Portanto, educação para exploradores e explorados acontece de forma diferenciada, propiciando a manutenção dessa possível divisão, quando da interpretação de suas formas iniciais.

No trabalho aqui apresentado, não fugimos da interpretação dada por Romanelli (2002), mas centramos nosso olhar para a escola como um espaço sociocultural, e desta forma, citaremos os alunos e professores como agentes socioculturais, levando em consideração as experiências sociais vividas por eles em seus espaços.

Isto, por considerarmos que a escola é vista como um espaço sociocultural, onde os alunos convivem com as diversidades que devem ser assumidas e trabalhadas, havendo assim um desencadeamento do processo educativo. Tem-se um olhar de que a escola é um amplo espaço de formação do processo de humanização nestes indivíduos buscando lhes aprimorar dimensões e as habilidades comuns a todos os seres humanos. Por meio desta visão pensa-se que a escola contribui e dá suporte ao desenvolvimento individual para a formação de um sujeito sociocultural.

Esta interpretação do que seria a escola tem um enfoque social e antropológico entre o social e o cultural, e por isso compreende-se que ela não funciona somente como uma

instituição que transmitem os conhecimentos e culturas, mas que tem também sua autonomia para a construção e reconstrução dos saberes a partir de seus moldes ideológicos.

No ano de 1810, quando foi firmado o tratado de comércio e navegação entre Portugal e Inglaterra, chegaram ao Brasil diversos benefícios imediatos que estimularam as atividades socioeconômicas e políticas do país. Faoro (2001) ressalta que a partir do momento em que as barreiras foram suspensas, o país entrou em um crescente processo de europeização, escandalizando muitos, mas iniciando no mesmo tempo um período de transformação e “progresso”. No plano das ideias dá-se a reformulação de um pensamento brasileiro influenciado pela presença de novas correntes filosóficas e doutrinas religiosas tais como o evolucionismo, o materialismo, o positivismo, o protestantismo e pelas principais medidas liberalizantes propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de imprensa (VIEIRA, 2008, p. 23).

Como o recorte da pesquisa é a ação dos protestantes no país, os representantes de atuação no país dedicaram-se à criação de escolas e à distribuição maciça de literatura de edificação, a medida que entendiam ser a partir deste caminho o mais seguro para se atingir a todos e fixar sua identidade doutrinária. Os presbiterianos foram os primeiros religiosos a organizar uma escola para atender os seus próprios filhos, para manter sua tradição e cultura no município de Dourados/MS, nosso espaço de pesquisa. Para os protestantes a escola era uma questão de iniciativa comunitária e não do estado. A escola é complemento natural à igreja, e as razões de sua instalação não são filantrópicas, mas doutrinárias: o analfabetismo era empecilho ao aprendizado da doutrina protestante, calcada na leitura da Bíblia, de livros e revistas direcionadas.

Esta forma de se aproximar da sociedade através da comunidade foi de suma importância para a inclusão do cunho religioso na educação. Em 1869 foi criada a primeira instituição de ensino confessional no Brasil, pelo reverendo Nash Norton, esta denominada de Colégio Internacional. Suas salas de aula atendiam as famílias que residiam em Campinas.

Por volta de 1878 essa escola já havia se transformado no centro das atenções e de comentários tanto por seus métodos inovadores como pela presença de mestres de grande preparo intelectual. José Feliciano de Oliveira (1932, p. 9) foi professor na Escola Americana em 1885 e em suas reminiscências destaca que o ensino que lá se praticava era completo e metódico desde o jardim da infância até o curso superior, pois os professores eram formados nos Estados Unidos ou na Europa, não se limitavam influentemente sobre os alunos somente às salas de aula da escola. Segundo Mesquida (1994, p. 78), estes professores eram constantemente convidados a ensinar nas fazendas aos filhos dos fazendeiros tanto as

primeiras letras como tecnologias agrícolas e até mesmo religião, o que possibilitava uma disseminação do ideário educacional protestante, aos poucos, por todos os rincões do país.

No que tange a ação presbiteriana, o primeiro missionário dessa congregação chegou ao Brasil em 1859 e dentre as obras que realizou encontram-se a formação da primeira escola e o primeiro seminário, bem como o primeiro jornal protestante que se chamava Imprensa Evangélica, que circulou de 1864 até 1892. O dom missionário era Simonton e suas propostas para a evangelização centravam-se na defesa de que:

A santidade da igreja deve ser ciosamente mantida no testemunho de cada crente; 2) é preciso inundar o Brasil de Bíblias, livros e folhetos; 3) cada crente deve comunicar o evangelho a outra pessoa; 4) é necessário formar um ministério nacional idôneo; 5) escolas paroquianas para os filhos dos crentes devem ser estabelecidas. (CÉSAR, 2000, p. 89).

Um fator preponderante para a expansão desta forma de ensino foi a promulgação da Constituição em 1824 que permitiu a liberdade religiosa dentro do estado nacional. A partir dela, as escolas confessionais floresceram bastante em áreas rurais, onde o controle da religião dominante era menor. Já nas cidades, as escolas protestantes foram criadas à sobra da justificativa centrada na discriminação que sofriam as crianças protestantes nas escolas públicas, devido a forte influência católica nestes espaços. Essa é, por exemplo, a razão inicial da fundação do Colégio Mackenzie, em São Paulo. Este exemplo, porém, não deve ser tomado como regra para todos os colégios urbanos, mas é evidente um olhar para a moldagem educacional que se foi edificando para esta parcela social.

O evidente, nessa linha, é que a escola do tipo confessional foi importante para a fixação do protestantismo (MENDONÇA, 1984, p. 174) no país, principalmente no que tange as suas doutrinas, pois estas estavam sempre pautadas no conceito de disciplina e métodos de educação, o que traduziam sua percepção singular para a aplicabilidade de um currículo específico para um grupo específico de indivíduos.

Num âmbito geral, a educação protestante serve como instrumento de ligação e de aproximação da sociedade brasileira com as religiões reformadas, ela é na verdade um grande instrumento de evangelização utilizado pelas missões norte-americanas. Será esse êxito na área pedagógica produzida por esses missionários que irá contribuir para a implantação do protestantismo no Brasil (BARBOSA, 2002, p. 55). Afinal a implantação de um sistema

educacional protestante era a melhor forma de evangelizar, porque nessas escolas eles irão passar os seus valores, dogmas e conceitos de sociedade tendo como consequência à formação de pessoas aptas e predispostas a aceitarem a doutrina pregada por esses missionários reformistas, e conseqüentemente, disseminar a execução de práticas educativas pautadas na ideia de método e disciplina.

A Educação Nacional e a disciplina de Educação Física

No que tange a uma interpretação da escola e a disciplina, recorremos a análise reflexiva sobre o currículo como parte da escrita da história da escola. Os primeiros estudos sobre currículo foram iniciados nos Estados Unidos, onde ocorreu o desenvolvimento das duas principais tendências definidoras dos moldes curriculares. Uma conservadora, como Bobbitt (SILVA, 199, p. 38), que buscava igualar o sistema educacional ao sistema industrial, utilizando o modelo organizacional e administrativo de Frederick Taylor. Bobbitt encontrou ainda suporte na teoria de Ralph Tyler e na de John Dewey para dar vazão a sua interpretação e aplicabilidade curricular. O primeiro defendia a ideia de organização e desenvolvimento curricular essencialmente técnica. Já John Dewey se preocupava com a construção da democracia liberal e considerava relevante a experiência das crianças e jovens, revelando uma postura mais progressista.

No Brasil, as duas vertentes tiveram seu momento de atuação, mas independente das definições dadas para o currículo no que concerne a sua interlocução com a realidade educacional, o que se deve ter como compreensão padrão é que este molda a estrutura base da educação institucionalizada, e por isso segue um panorama geral a que a educação nacional está sujeita, não diferente para a educação protestante. Mas como seria a adequação desta para com a disciplina de Educação Física? E qual sua importância para a educação nacional?

A partir do pressuposto dado por Japiassu (2006, p. 38), de que a disciplina é “*uma unidade metodológica: ela é uma ‘regra’ (disciplina) comum a um conjunto de matérias reagrupadas para fins de ensino*” decidimos refletir sobre o processo de *disciplinarização*, ordenamento e controle da Educação Física. Esse referencial somado às orientações de André Chervel (1990) permite uma interpretação sobre os fios que compõem a rede desse processo, levando em conta as forças e os interesses sociais em jogo na história da composição dos conteúdos e das práticas acerca da referida em questão (Educação Física), com vista a compreender suas alterações ou permanências para atender determinadas necessidades.

Vago (2009, p. 12) descreve em sua pesquisa que a Educação Física no início do século 19, tinha a finalidade de “regenerar a raça” e preparar os corpos para o mercado de trabalho. Ele toma como base de pesquisa a educação no estado de Minas Gerais em 1906, onde ocorreram as primeiras escolas de ensino diferenciado e davam uma aplicabilidade maior para os intentos da disciplina.

A Educação Física tinha a finalidade de formar corpos saudáveis sem vícios e doenças, e havia também uma enorme preocupação com a mente dos indivíduos, para que pudessem realizar as atividades nas indústrias sem nenhum estresse corporal. Para chegar nos moldes hoje conhecidos, tal disciplina passou por um processo estreito de transformações. Ainda em 1876, através do Decreto nº 6.370, foi introduzido a ginástica, bem como alguns princípios da educação física nos cursos das escolas normais, destinados a formação dos professores. A Educação Física no ensino normal objetivava a prática regular de atividades físicas como forma de promoção da saúde e na capacitação das futuras professoras de primeiras letras para ministrarem a ginástica às crianças

Abordando a legislação, dentro das mudanças na disciplina de Educação Física nos cursos de formação de professores, Chicon (2008) ressalta que a Portaria nº 70/1931, do ministro Francisco Campos, recomendava para a Educação Física, a adoção das normas e diretrizes do Centro de Educação Física do Exército, baseadas no método francês, adotada pelas Forças Armadas brasileiras desde 1921.

Esse seria o método oficialmente adotado nas escolas brasileiras, perdurando, de acordo com Betti (1991), até próximo aos anos de 1960. Em cada série, foram estabelecidos objetivos específicos, quase todos de cunho fisiológico. Em 1940, conforme relatório da Divisão de Educação Física (DEF) [...] a Educação Física no País encontrava-se mais bem estruturada e funcionando somente no ensino secundário. Nos outros níveis de ensino, ocorria de forma precária e era pouco existente. Conforme escreveu Betti (1991, p. 89): Não foi a Educação Física objeto de profundo interesse teórico; foi antes uma atividade considerada objetivamente útil pelo Estado, sempre tratada em separado nos currículos escolares. A eugenia, a higiene/saúde, a preparação militar e o nacionalismo foram os núcleos de convergência dos grupos interessados na implantação da educação Física. (CHICON, 2008, p.21)

Nos percursos das mudanças no cenário educacional brasileiro, Mauro Betti (1991) afirma que apenas a partir de 1930 vários estados da federação começaram a realizar suas reformas educacionais e incluir a Educação Física com essa denominação, em substituição à “ginástica”, sendo que a partir de meados da década de 1930 a concepção dominante na Educação Física era calcada na perspectiva *higienista*.

Entre os anos de 1946 a 1968, houve influência do método de “educação física desportiva generalizada”, na Educação Física brasileira, este método foi criado pelo Instituto Nacional da França e lançado no Brasil pelo professor Augusto Listello, mudando sua nomenclatura para “Método desportivo generalizado” (CHICON, 2008, p. 22), que visava à implantação de conteúdos esportivos aos da educação física enfatizando o aspecto lúdico e que possuía como objetivo, trabalhar os diferentes esportes, orientar para as especializações, desenvolver o gosto pelo belo, esforço e provocar as necessidades de higiene.

É por volta dos anos 1950-1960, que a Educação Física brasileira apoiada nos pressupostos do liberalismo, busca integrar a rede pública de ensino como uma disciplina “educativa por excelência”, incorporando a tendência *pedagógica*. O modelo americano de organização dos desportos é largamente difundido, inaugurando novas práticas e até mesmo novas posturas para os profissionais da área. A tendência *pedagógica* no cenário brasileiro está orientada no sentido de formar o cidadão (MELO, 1998, p. 52).

Em 20 de dezembro de 1961, entrou em vigor a Lei n. 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), apresentando, como acontecimento mais importante para a disciplina a definição da obrigatoriedade da Educação Física para os cursos primário e médio, até a idade de dezoito anos. Essa medida consolidou definitivamente a introdução da Educação Física no sistema escolar brasileiro de 1º e 2º grau e marcou um novo período na história da disciplina. Após 1964, com o Regime Militar, a Educação Física passa a exercer uma característica técnica voltada para a *disciplinarização*, com o trabalho de algumas modalidades esportivas específicas com o fundamento de se desenvolver técnicas esportivas competitivas.

Na década de 1970, profissionais da área começam a questionar a influência dos médicos higienistas, dos militares, da Pedagogia Tradicional e Tecnicista sobre a disciplina. Emergem daí novas abordagens metodológicas que buscam superar os métodos diretivos, surgindo então, as chamadas Tendências *Psicopedagógicas*. Inicialmente a Psicomotricidade, depois a abordagem desenvolvimentista e a construtivista (MENDES; MAIA, 2003, p. 2).

Com a Lei 5.692 de 1971, artigo 7º, a Educação Física escolar conquista o espaço de obrigatoriedade no ensino brasileiro, partindo dos pressupostos da profissionalização, e podendo ser entendida como um conjunto de atividades que visam desenvolver o gosto pelo esporte. Nessa tendência, a Educação Física está baseada nos pressupostos da racionalidade, produtividade e eficiência, buscando o aprimoramento físico e técnico do indivíduo.

Após a década de 1980, até 1990, a Educação Física vive uma crise existencial em busca de propósitos voltados à sociedade (SANTOS, 2010). E neste escopo, a Educação Física passa por movimentos renovadores e é a partir de então que se pode localizar a concepção conhecida por pedagogia crítico-superadora dentro de sua definição, pois como ressalta Alves, a

pedagogia crítico - superadora representa a repercussão da pedagogia histórica - crítica no campo da Educação Física. [...] Nessa perspectiva de Educação Física o objetivo não é o aprimoramento das capacidades físicas ou o rendimento esportivo, mas sim o de propiciar aos alunos a apropriação crítica da cultura corporal historicamente produzida pela humanidade. (ALVES, 2003, p. 1).

Ana Cristina Arantes (2008) expõe que em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96, art. 26) dá as orientações para o currículo atender a disciplina como um todo. O plano de curso, de ensino e das aulas inclusive os de Educação Física devem ser pensados segundo o Projeto Escolar e orientados de acordo com as características dos estudantes (ARANTE, 2008, s/p). Este é o modelo atualmente conhecido.

Nessa tendência, Costa (2008, p. 29) diz que Educação Física hoje é a área de conhecimento preocupada com o aspecto socioantropológico do movimento humano, o que significa pensar que esse movimento possui história e consciência corporal. E ao assumir a tendência cultural, procurou veicular o entendimento de que o movimento humano é o elemento por excelência, revestindo-a assim de uma dimensão humana que extrapola os limites biológicos, e dando uma característica única.

É desta definição que pautamos nossa pesquisa. E conscientes do histórico abordado, passamos agora a falar sobre a instituição escolar que escolhemos para pesquisa, e posteriormente, sua relação com a disciplina de Educação Física.

A educação confessional no município de Dourados/MS: a Escola Presbiteriana

Erasmu Braga

O município de Dourados está localizado no extremo sul do Centro-Oeste brasileiro. Pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, foi fundado em 1935 quando este estado ainda estava sob denominação de Estado de Mato Grosso, mudança que veio a se efetivar em 11 de outubro de 1977. De nome natural de São João Batista de Dourados, era o adensamento populacional mais próximo ao rio Dourados, o que convergiu na sua atual nomenclatura. A região que compreende o município foi palco de mudanças a níveis nacionais, como a Guerra do Paraguai. Após seu término, em 1870, o povoamento na região tornou-se efetivo, pois em

1909, cerca de 50 pioneiros (destacava-se nesse grupo Januário Pereira de Araújo e Joaquim Teixeira Alves) que iniciam um trabalho apoiado na criação de um patrimônio. Pela Lei nº 658, de 1914, Dourados é elevado a distrito do município de Ponta Porã, e sua abrangência incluía os dois distritos policiais existentes na época (que foram criados em 1910). [...] A vila se desenvolvia quando, pelo decreto estadual de nº 30 de 20 de dezembro de 1935, foi oficialmente criado o município de Dourados, desmembrado de Ponta Porã, no entanto a efetivação da instalação do município se deu em 22 de janeiro de 1936. Seu primeiro prefeito nomeado foi João Vicente Ferreira (MANCINI, 2011, p.1)

A história da Educação formal no município tem início nas duas primeiras décadas do século 20 marcado pela iniciativa privada confessional, mas o ensino instruído existia já antes deste período, sendo realizado pelas próprias famílias ou professores viajantes, com o ensino da leitura e noções de cálculos. A exemplo, depoimentos (ROSA, 1990) e registros fotográficos (MOREIRA, 1990) referem-se à presença de Escolas Reunidas (do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo à Escola Moderna (escola ativa), à de Laucídio Paes de Barros, de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé (FERNANDES E FREITAS, 2003, p. 5-6).

Num contexto de colonização e povoamento do sul de Mato Grosso do Sul, inclui-se a presença de missionários protestantes, que desde o final da década de 1920 já faziam viagens exploratórias, desenvolvendo atividades de ensino junto a população indígena. Tal fato estava

diretamente ligado a criação da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil, entidade fundada em 28 de agosto de 1928 na cidade de São Paulo, tendo como objetivo levar a eles os três principais eixos da ação missionária: educação, saúde e religião (REIS, 2012, p. 4).

Após conhecer a realidade do município e a população indígena residente, o grupo missionário chegou a Dourados em abril de 1929, formado pelo reverendo Albert Sidney Maxwell e sua esposa Mabel Davis Maxwell, norte-americanos ligados a Missão Leste Esthon Marques, professor e dentista, ligado a Igreja Presbiteriana Independente, Néelson de Araújo, médico ligado a Igreja Metodista, o agrônomo João José da Silva, sua esposa Guilhermina Alves da Silva, professora, ambos da Igreja Presbiteriana do Brasil (REIS, 2012, p. 4).

A população protestante representava cerca de dois mil habitantes na área urbana e, no tocante à religião, o povoado de Dourados à época da instalação dos missionários, era caracterizado pela ausência de uma assistência religiosa oficial. Os moradores do local, apesar de terem construído em 1925 uma capela de “cultos católicos”, vivenciavam uma religiosidade caracteristicamente católica e sob uma liderança “leiga”. (GONÇALVES, 2004, p. 2).

Assim, desde os primeiros dias em Dourados, os missionários colocaram as ações de evangelização em prática. Cultos semanais eram realizados na residência alugada, visitas e pregações aos moradores próximos e dos lugarejos vizinhos à vila. O trabalho evangélico entre os douradenses logo se mostrou promissor, pois, além da comunicação não esbarrar numa outra língua, como no caso dos indígenas, a localidade não contava com nenhuma assistência religiosa institucional fixa (GONÇALVES, 2004, p. 195).

De acordo com relato escrito pela missionária Margarida Sydenstricker, sobre a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, o trabalho de alfabetização desenvolvido na Missão Caiuá era frequentado pelos filhos dos chacareiros que moravam próximo à Missão e por alguns estudantes que moravam na cidade. Todavia o deslocamento para a Missão era difícil e quando havia período prolongado de chuva, as crianças ficavam sem ir à escola. Foi então formada uma comissão para pedir ao Reverendo Maxwell a instalação da tão sonhada escola na sede do município:

[...] uma comissão de homens de Dourados foi a missão, para falar com Rev. Maxwell, D. Mabel, Dr. Nelson Araujo e os seus companheiros. Esses imploraram que os missionários começassem

uma escola primária em Dourados. Não foi a primeira vez que pediram isto. Agora o pedido foi mais forte. Chegaram estes a dizer que se não abrissem uma escola logo, os pais levariam os seus filhos a missão, para deixá-los à porta dos missionários, a fim de estudarem com os filhos dos chacareiros” (SYDENSTRICKER, 1961, p. 2).

Como sendo um dos pilares da obra evangelizadora a educação, era preciso abrir um espaço para efetivar tal premissa. Dessa forma, no dia 06 de abril de 1939 é aberta a Escola Presbiteriana Erasmo Braga. Esta escola seria a primeira escola primária nos moldes de uma instituição no município, com turmas de 1ª a 4ª série, e suas primeiras experiências escolares aconteceram na Casa de Culto da Igreja Presbiteriana.

O nome da escola foi uma homenagem ao pastor presbiteriano Erasmo de Carvalho Braga (1877-1932). Este, além de pastor, atuava como jornalista na cidade de Campinas/SP e em 1910 produziu a obra que lhe deu maior popularidade no cenário nacional: a Série Braga. Esta série era um jogo de cartilhas para as quatro séries da escola primária. Intensamente otimista e patriótica, a Série Braga continuou a ser impressa quarenta anos após ter sido escrita e atingiu mais de cem edições, sendo adotada em muitos Estados do Brasil. Em 1930, a série foi traduzida para o japonês a fim de auxiliar a orientação de imigrantes, e por se a educação sempre ocupante de um lugar destaque na vida, pensamentos e ações de Erasmo Braga, a homenagem lhe foi feita (FANTINATTI, 2011, s/p).

Havia uma relação direta entre os profissionais que atuavam na escola e a sociedade douradense. Os primeiros professores da escola foram a missionária Áurea Batista e o professor Acácio Arruda, atuando junto a todas a séries e aplicando o modelo de ensino confessional basilar para a disseminação dos ideários presbiterianos. A professora Áurea ajudou a construir os mobiliários da escola e esteve lecionando de 1939 a 1940 (NUNES, 2012). A relação entre os professores e os alunos se estendia para além da escola, pois todos os anos eram realizados uma grande exposição e os trabalhos confeccionados nas aulas eram vendidos a população douradense, com a finalidade de angariar fundos para a manutenção da escola, e ao mesmo tempo abri-la para a sociedade.

Mesmo sendo particular e composta quase que unicamente por alunos de classes financeiras superiores, devido a sua orientação religiosa, a Escola buscava manter uma relação estreita com todas as esferas da sociedade, dando possibilidades de acesso à ela a partir da relação com a igreja Presbiteriana. De todo modo, assim como todas as instituições

de ensino no país, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga também seguia os moldes da educação nacional, conforme as orientações políticas do período.

Os documentos consultados, bem como o diálogo com uma ex-aluna da referida escola nos possibilitou montar uma estrutura para a disciplina de Educação Física dentro da escrita da história desta instituição. Vale ressaltar que os documentos que envolvem a disciplina de Educação Física são escassos e os que existem na escola pouco explicitam a relação desta com as demais disciplinas ou com a identidade da instituição.

De qualquer forma, exporemos os resultados alcançados pela pesquisa até o presente momento. Isso porque a pesquisa ainda não está encerrada, a considerar a quantidade expressiva de lacunas ainda não preenchidas pelo levantamento documental ou a entrevista temática realizada.

A disciplina de Educação Física e a Escola Presbiteriana Erasmo Braga em Dourados/MS

A inserção da Educação Física como disciplina no cenário educacional mato-grossense ocorreu somente em meados de 1960. Para compreensão dos aspectos que influenciaram a inserção dessa disciplina nas escolas, e como caso especial na cidade de Dourados/MS se faz importante interpretar os relatórios, regulamentos, regimentos e decretos de ensino referentes à instrução pública da época analisada, pois segundo Le Goff (1996), o objetivo da análise desses escritos é identificar informações que sirvam de subsídios para responder algumas questões da pesquisa, pois o documento não é alguma coisa que fica por conta do passado, ele é produto da sociedade que o fabricou, segundo relação de força, onde mais uma vez se apresenta a questão do poder.

Nessa perspectiva, entramos em contato com a direção da escola e solicitamos o acesso aos documentos pertinentes ao período estudado. Com a autorização realizada, procedemos aos estudos e coleta de dados nos documentos que compõem o arquivo passivo da escola como: Livros de Chamada e Diários de Classe, da década em questão, devidamente registrados, com os termos de abertura, nos quais foi possível colher dados diversos como o nome da docente, dias, meses e ano letivo, os nomes completos das crianças matriculadas, registro de comparecimentos e faltas, o início e término dos semestres; Livros de Matrícula com os nomes completos das crianças, as datas de nascimento, a série, o turno escolhido, o número de matrícula, a naturalidade, a profissão dos pais e o endereço. Livros de Ponto de professoras e administrativo, com registro do termo de abertura, contendo nome completo das

professoras, série na qual lecionavam das auxiliares das professoras, demais funcionários e suas respectivas funções, como diretor (a), inspetora, secretárias, serventes, devidamente vistados pelo (a) diretor (a). Pastas de documentos de alunos (as), como boletim, histórico escolar, requerimento para expedição de guia de transferência e transferência.

Tabela 1: Media de matriculas entre os anos de 1970 à 1996.

Ano	Matriculados
1970	266
1971	250
1972	211
1973	253
1974-1981 Sem registro	
1982	279
1983	267
1984	302
1985 - 1986	308
1988-1990	312
1991-1993	412
1994-1996	489

Dados coletados pelo (IBGE, 1996).

Sobre a execução das disciplinas aplicadas a estes alunos, mensura-se que entre meados das décadas de 1960 a 1970,

o conhecimento era de certa forma imposto, dispensava-se reflexões. A época correspondia a ditadura militar. [...] Os alunos eram avaliados no aspecto cognitivo, com “sabatinas”, arguições orais, debates, relatórios: priorizavam-se as provas dissertativas. Eram exigidos trabalhos individuais. As provas escritas eram mensais e constantes. (BOMFIN, *et all.* 1990, p. 28).

Conforme a documentação localizada, bem como os diálogos com atores da escola, a escola de caráter confessional mantinha um ensino doutrinário explicitando o Evangelho, a educação voltada para a formação da pessoa do educando de maneira integral, ocorrendo de

forma participativa e reflexiva. Nestes espaços trabalhava-se muito mais com uma educação para a formação moral do que profissional e aos professores eram designadas a função de educar e instruir futuras gerações nos moldes do ensino confessional.

Nos arquivos localizados, pouco se diz sobre a disciplina de Educação Física. Dentre as disciplinas estabelecidas pela instituição foi possível perceber que a disciplina de Educação Física não esteve presente como disciplina obrigatória nos anos de 1961 e 1966, mas isso pode justificar-se por esta não fazer parte do currículo da instituição como disciplina básica, mas sim complementar.

Já ao final da década de 1960 a escola passa a dar maior incentivo a prática de esportes, passando até mesmo a participar de competições envolvendo outras instituições. Segundo os relatos referentes à disciplina, principalmente nos trabalhos desenvolvidos por Nunes (2013) e Gomes (2013), a disciplina não se atinha apenas às práticas de atividades envolvendo práticas físicas, eram também realizadas aulas teóricas, e as avaliações consistiam em provas teóricas e práticas do tema estudado.

Incentivados pelo modelo estabelecido pelo Governo Militar, as práticas de educação física (ainda que sutilmente), acatavam aos métodos estabelecidos pelo governo, permanecendo o espírito competitivo. Através dos conteúdos propostos na disciplina de Educação Física, é possível perceber, que esta, atuava como reflexo do regime de governo vigente em cada época de 1960 a 1996, no entanto, apesar de haver na instituição uma forma disciplinar e rigorosa no aprendizado dos alunos, esta disciplina era repassada de modo mais envolvente possível, na tentativa de obter um ambiente prazeroso de prática de exercícios, conforme o depoimento de uma ex-aluna:

Eram boas as aulas de Educação Física. A professora nos ensinava como jogar, e éramos boas nisso. O vôlei era o que mais jogávamos, e sempre ganhávamos. Certa vez teve uma competição contra outra sala e ganhamos. Se não ganhávamos, treinávamos mais. Às vezes ficávamos a tarde toda jogando. Era muito divertido. Sempre todos ganhavam (C.G., 2013).

Pelo diálogo com a entrevistada, é possível perceber que havia uma característica própria para a execução da disciplina dentro da escola, mesmo que esta fosse sujeita pelo currículo nacional, pois durante os diálogos ela cita que não havia uma estrutura para a disciplina, algo rígido como as outras disciplinas oferecidas.

Ela lembra que as de Educação Física eram acompanhadas de uma professora assistente. Conta que a aprendizagem era organizada e direcionada, mas nada rígido. Recorda que fazia parte da rotina cotidiana da escola um momento de oração para todas as crianças, com histórias bíblicas, cânticos e oração, sempre o Pai Nosso (C.G, 2013). Tinha também a hora cívica, na qual o Hino Nacional era cantado com todo mundo em fila (C.G, 2013). As brincadeiras tanto no pátio como na sala de aula eram conduzidas pela professora, conforme comenta:

A gente brincava muito. Essas de pular corda, pega-pega, a gente brincava com a professora, a professora que fazia isso com a gente. Eu lembro que a gente fazia também encenação, tinha tudo isso. E quando tinha jogos na escola, a gente se juntava em grande alegria. Eu gostava muito da escola (C.G., 2013).

A relação entre os professores e os alunos era de cordialidade, a considerar a fala da depoente. É importante ressaltar a presença constante dos professores em todos os momentos da vida dentro da escola. As práticas que envolviam a relação social entre os alunos, ou até mesmo durante a execução da disciplina era supervisionada, o que tendia a maximizar as potencialidades dessa relação.

É difícil traçar o perfil da disciplina de Educação Física pelo depoimento ou a partir dos documentos até o momento elencados, à medida que não há uma evidenciação desta sem a relação com os momentos de lazer na escola. Mas pelo que foi mensurado, podemos dizer que os moldes traçados pelo currículo do Estado não foram seguidos de forma assídua no processo de aplicação desempenhado na escola, valorizando-se a relação espiritual e de formulação de pertencimento social sobre a estrutura corporal competitivo.

Apontamentos finais e Discussão

A história das instituições escolares pode ser escrita partindo-se de vários aportes, como a análise do livro didático, a interpretação das culturas que a compõem e pela história da disciplina que faz parte de seu currículo. Na pesquisa desenvolvida, buscamos elencar a relação da disciplina de Educação Física no cenário da história da instituição escolar protestante no município de Dourados/MS. Conseguimos construir a base para uma discussão sobre o papel da disciplina neste espaço, mas devido a falta de documentos empíricos, bem

como do contato com os ex-alunos desta instituição, não foi possível ainda realizar uma discussão mais densa sobre a Educação Física e sua direta identificação na construção característica da escola no espaço municipal.

A educação protestante, em especial a presbiteriana, seguia os moldes da educação nacional no que se refere ao currículo, mas deu uma dimensão humanizada a disciplina de Educação Física ao caracterizá-la como espaço de relação corpo e espírito, nos preceitos da educação cristã. Mas até que ponto a doutrina protestante atuava na aplicabilidade da disciplina nos moldes do Estado? Qual a relação dos alunos para com a disciplina, após o processo de obrigatoriedade da mesma?

Ainda temos vários questionamentos que foram se construindo à medida que buscávamos dialogar com as fontes definidas, e é partir delas que continuaremos a pesquisar, e assim construir uma interpretação da história da educação no município de Dourados/MS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES A. C. *A História da Educação Física escolar no Brasil*. Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - N° 124 - Setiembre de 2008. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>, acesso em 14/03/2014 às 18:15 horas.

CANDAU, M.V. **Reinventar a escola**. Porto Alegre: Editora Vozes Ltda, 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FATINATTI, J. M. *Personagens*: Erasmo de Carvalho Braga (Erasmo Braga). Disponível em <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2011/05/personagem-erasmo-de-carvalho-braga.html>, acesso em 18 de Fevereiro de 2014, às 21:35 horas.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

CHICON, JF. *Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar São Paulo, 2005*. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3760/2123> Acesso em: 19/07/2014, às 14:20 horas.

FERNANDES, M. D. E.; FREITAS, D. N. T. Percursos e desafios da municipalização do Ensino Fundamental em Dourados, MS. In: Reunião Anual da ANPED. Caxambú, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariadilneiaespindolafernandes.rtf>.

FREIRE, G. *Casa grande e senzala, formação da família brasileira, sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo. Global, 2003.

GARRIDO, S. A educação confessional protestante no Brasil. Rio de Janeiro, 2005. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb13.htm>>. Acesso em: 17/06/2014, às 23:35 horas.

GONÇALVES, C B. *O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados*. 137 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD.

JAPIASSU, H. *O sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Editora alternativa, 1997.

LOMBARDI, J Cl; SAVIANI, D. NASCIMENTO, M I M (orgs.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LUGON, C. *A república “comunista” cristã dos guaranis*. TRAD. CABRAL, Álvaro. *Rio de Janeiro: Paz e terra*, 1968

LUZURIAGA, L. *História da Educação e Pedagogia*. São Paulo: Cia. Editora, 1976.

MANCINI, A P. *A disciplina de Educação Física na formação das professoras da “Escola Franciscana Imaculada Conceição” do município de Dourados-MS (1959-1989)*. Anais de Evento, 2011. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1206.htm, acesso em 14/02/2014 às 14:30 horas.

MEDEIROS, M. d. (1981 p. 34). *Os Oratorianos de Pernambuco , uma congregação a serviço do Estado*. Recife: Recife: UFPE, Dissertação apresentada ao CMH/CFCH.

MESQUIDA. V. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora.: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MELO, V. A. A Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX: esporte ou ginástica?. In. FERREIRA NETO, A. (Org.). *Pesquisa histórica na Educação Física – 3* Aracruz: Editora da Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998, v. 1, p. 48-68.

MOREIRA, C d A. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, 1971 (Tese de doutoramento) (mimeo), p.4s, apud: BEOZZO, José Oscar, op.cit., p. 68.

NOSELLA, P, BUFFA, E, *Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos : os primeiros tempos 1948-1971*. FAPESP, 2000 NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. *Escola Profissional de São Carlos*. Fapesp, 1998

NOVAIS, *Fernando*. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In. Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 2001.

NUNES, R. *Elos historiográficos da Educação Infantil no município de Dourados na década de 1970: um olhar no passado para entender o presente*. Monografia de Especialização. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Aparecida Marques de Souza. Curso de Especialização em Educação Infantil/UFMS: Dourados, 2012.

PERUCCI, R. *Esporte e religião no imaginário da Grécia antiga*. 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39133/tde.../RaoniPerrucci.pdf, acesso em 17/06/2014 às 21:30 horas.

REIS, R. Entre páginas e práticas: o jornal Expositor cristão a serviço do projeto missionário no município de Dourados/MS. Disponível em http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Rodrigo_Reis.pdf, acesso em 18 de Fevereiro de 2014, às 19:22 horas.

RIGONI, A C Capelinni. *Marca da religião evangélica na educação do corpo feminino: implicações para a Educação Física Escolar*, 2009

SANTOS, J C. *A Educação Física no espaço escolar*. Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 147, Agosto de 2010, p. 37-52.

SCMITZ. *Os jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus*. S. Leopoldo: S. Leopoldo : Editora Unisinos, 1994.

SILVA, T T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VAGO, T M. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. In: *Cadernos de formação RBCE*. Campinas: CBCE e Autores Associados, 2009, v. 1, n.1, p.25-42.

VIEIRA, C R A. Americanismo x iberismo: a influência do modelo educacional norte americano no final do século XIX. In: Horizontes, v. 26, n. 1 jan./jun., 2008. p. 21-30. *Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na reforma Caetano de Campos - 1890* . 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 200.